

Paulo Caliendo

CURSO DE  
DIREITO TRIBUTÁRIO

2017

ISBN 978-85-472-1394-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

**SOMOS** | **saraiva** *jur*  
EDUCALOG

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

**SAC** | 0800-0117875  
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

Caliendo, Paulo

Curso de direito tributário / Paulo Caliendo. – São Paulo :  
Saraiva, 2017.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil I. Título.

16-1321

CDU 34:336.2 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário : Brasil 34.336.2 (81)

<b>Presidente</b>	Eduardo Mufarej
<b>Vice-presidente</b>	Claudio Lensing
<b>Diretora editorial</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Conselho editorial</b>	
<b>Presidente</b>	Carlos Ragazzo
<b>Consultor acadêmico</b>	Murilo Angeli Dias dos Santos
<b>Gerência</b>	
<b>Planejamento e novos projetos</b>	Renata Pascual Müller
<b>Concursos</b>	Roberto Navarro
<b>Legislação e doutrina</b>	Thaís de Camargo Rodrigues
<b>Edição</b>	
<b>Produção editorial</b>	Bruna Schindwein Zeni
	Ana Cristina Garcia (coord.)
	Luciana Cordeiro Shirakawa
	Rosana Peroni Fazolari
<b>Arte e digital</b>	
	Mônica Landi (coord.)
	Claudirene de Moura Santos Silva
	Guilherme H. M. Salvador
	Tiago Dela Rosa
	Verônica Pivisan Reis
<b>Planejamento e processos</b>	
	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
	Juliana Bojczuk Fermino
	Kelli Priscila Pinto
	Marília Cordeiro
	Fernando Penteado
	Tatiana dos Santos Romão
<b>Novos projetos</b>	
	Laura Paraíso Buldrini Filogônio
<b>Diagramação e revisão</b>	
	Perfekta Soluções Editoriais
<b>Comunicação e MKT</b>	
	Elaine Cristina da Silva
<b>Capa</b>	
	Mayara Enohata
<b>Produção gráfica</b>	
	Marli Rampim
<b>Impressão e acabamento</b>	
	Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 17-8-2017

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602660 CAE 603636

1109497

Saraiva

# Sumário .....

Capítulo introdutório.....	13
A. Método científico.....	13
B. Direito tributário como ramo do direito público.....	16
C. Definição de direito tributário.....	18
D. Evolução histórica.....	21
<b>Parte I – Sistema constitucional tributário.....</b>	<b>27</b>
1. A Constituição Federal como fonte superior do direito tributário.....	29
1.1. A ideia de Constituição como centro do sistema tributário direito tributário.....	29
1.2. Fontes do direito tributário.....	34
1.3. Nomologia tributária: estudo das normas tributárias.....	84
2. Teoria dos direitos fundamentais do contribuinte.....	105
2.1. Introdução.....	105
2.2. Direitos fundamentais do contribuinte.....	114
2.3. Eficácia dos direitos fundamentais do contribuinte.....	118
2.4. O problema da eficácia dos direitos fundamentais em geral.....	119
2.5. O problema da eficácia dos direitos fundamentais do contribuinte.....	129
2.6. Conflitos jusfundamentais.....	132
3. Direitos fundamentais do contribuinte: limitações constitucionais ao poder de tributar.....	135
3.1. Princípios constitucionais tributários.....	135
3.2. Princípio da segurança jurídica.....	139
3.3. Princípio da justiça fiscal.....	171
3.4. Princípio da neutralidade fiscal.....	196
3.5. Imunidades: normas de exclusão de competência.....	226
3.6. Imunidades específicas: impostos e taxas.....	253
3.7. Imunidades específicas: contribuições.....	256
4. A repartição de competências tributárias: o exercício constitucional do poder de tributar.....	259
4.1. Da natureza dos deveres fundamentais.....	259

4.2.	Espécies tributárias: da natureza constitucional do conceito de tributo no Direito brasileiro .....	266
4.3.	Contribuição de melhoria.....	292
4.4.	Empréstimo compulsório .....	305
4.5.	Contribuições sociais.....	325
4.6.	Tributos diretos e indiretos: o problema da repercussão jurídica...	334
4.7.	Tributos fiscais e extrafiscais: o problema da extrafiscalidade.....	345
5.	Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária ...	359
5.1.	O problema da vigência no pensamento jurídico .....	359
5.2.	Relação entre vigência, validade e existência normativa .....	360
5.3.	Vigência das leis tributárias no tempo .....	361
5.4.	Início da vigência.....	362
5.5.	Fim da vigência normativa.....	364
5.6.	Vigência das leis tributárias no espaço .....	371
5.7.	Federalismo fiscal.....	372
5.8.	Do conceito e espécies de critérios de conexão.....	375
5.9.	Resolução de conflitos de leis tributárias no espaço no direito tributário interno .....	376
5.10.	Dos critérios de conexão nas normas de DIT .....	380
6.	Integração em matéria tributária: analogia e equidade .....	385
6.1.	Vedação de analogia gravosa ou desfavorável ao contribuinte .....	385
6.2.	Equidade .....	389
7.	Interpretação da legislação tributária .....	393
7.1.	Introdução.....	393
7.2.	Pensamento conceitualista: teoria do tributo e do fato gerador .....	393
7.3.	Pensamento normativista: norma jurídico-tributária (regra-matriz de incidência tributária).....	398
7.4.	Pensamento Sistemático: valores jurídicos (concretização de direitos fundamentais).....	403
7.5.	Da interpretação sistemática no direito tributário.....	406
7.6.	Da interpretação sistemática.....	407
7.7.	Da interpretação tributária no CTN .....	412
7.8.	Interpretação literal e restritiva .....	422
7.9.	Regras para interpretação literal, restritiva e extensiva .....	425
7.10.	Pandectística .....	430
8.	Interpretação benigna .....	433
8.1.	Incidência normativa dos direitos fundamentais .....	434
8.2.	Restrições não autorizadas a direitos fundamentais: análise lógico-normativa.....	435

9. Irretroatividade: fatos geradores futuros e pendentes .....	439
9.1. Princípio da irretroatividade .....	439
9.2. Ultratividade .....	446
10. Do abuso e das práticas abusivas em matéria tributária .....	447
10.1. Do conceito de abuso e das práticas abusivas em matéria tributária .....	447
10.2. Definição de evasão, elisão e elusão tributária .....	448
10.3. Da diferenciação entre elusão e evasão.....	453
10.4. Elusão e figuras próximas .....	465
11. O problema da qualificação em matéria tributária .....	469
11.1. O problema da qualificação em matéria tributária .....	469
11.2. Direito tributário e direito privado .....	469
11.3. Teoria da qualificação em direito tributário.....	471
11.4. Conflito de qualificações .....	477
12. Do conceito de tributo .....	481
12.1. Das diversas acepções da palavra “tributo” .....	481
12.2. Do conceito de tributo na doutrina tributária .....	484
12.3. Do conceito legal de tributo no Brasil .....	495
12.4. Elementos do conceito de tributo .....	496
12.5. Da origem legal do tributo.....	501
12.6. Da cobrança mediante atividade administrativa vinculada .....	501
12.7. Do conceito de tributo conforme um Estado de Direitos Funda- mentais.....	504
12.8. Da classificação das espécies tributárias.....	504
12.9. Natureza e regime tributário .....	506
13. Relação jurídico-tributária.....	507
13.1. Hipótese de incidência .....	510
13.2. Fato gerador .....	511
13.3. Obrigação tributária .....	519
14. Sujeição ativa.....	527
14.1. Poder de tributar .....	527
14.2. Desconsideração da personalidade jurídica em matéria tributária. ....	584
14.3. Denúncia espontânea .....	592
15. Crédito tributário .....	597
16. Lançamento tributário .....	605
16.1. Natureza do lançamento tributário .....	608
16.2. Do regime temporal do lançamento tributário.....	611
16.3. Modalidades do lançamento tributário .....	611
16.4. Casos de constituição do crédito tributário pelo contribuinte.....	618
16.5. Revisão do lançamento tributário .....	620

17. Causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário .....	625
17.1. Moratória.....	633
17.2. Depósito do montante integral.....	637
17.3. Reclamações e recursos administrativos .....	645
17.4. Concessão de medida liminar em mandado de segurança, medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial	655
17.5. Parcelamento .....	660
18. Causas de extinção da exigibilidade do crédito tributário .....	663
18.1. Regime jurídico.....	663
18.2. Pagamento.....	664
18.3. Pagamento de penalidades. Juros e multas .....	666
18.4. Presunção de pagamento .....	667
18.5. Imputação do pagamento e o direito ao pagamento parcial.....	668
18.6. Local de pagamento do tributo.....	670
18.7. Prazo de pagamento.....	670
18.8. Do pagamento indevido.....	671
18.9. Restituição de tributos indiretos .....	674
18.10. Prazo de restituição.....	674
18.11. Pagamento indevido em decorrência de decisão pela inconstitu- cionalidade de tributo .....	676
18.12. Pagamento antecipado .....	678
18.13. Pagamento antecipado e a homologação do lançamento.....	686
18.14. Consignação em pagamento julgada procedente .....	686
18.15. Decisão administrativa irreformável.....	687
18.16. Decisão judicial passada em julgado .....	688
18.17. Dação em pagamento de bens imóveis.....	688
19. Causas de exclusão da exigibilidade do crédito tributário .....	691
19.1. Isenção: natureza da norma isentiva.....	691
19.2. Eficácia da norma isentiva.....	694
19.3. A isenção e o princípio da legalidade tributária .....	695
19.4. Interpretação restritiva da isenção .....	696
19.5. Isenção, incentivos fiscais e figuras afins.....	697
19.6. Conteúdo do dispositivo.....	697
19.7. Relação com outros princípios.....	699
19.8. Da exigência de lei específica para os incentivos fiscais .....	700
19.9. Do alcance do dispositivo .....	700
19.10. Distinção com figuras afins.....	701
19.11. Anistia .....	701
20. Decadência .....	703
20.1. Regra geral de decadência: art. 173, I, do CTN .....	705

20.2.	Decadência nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação sem pagamento.....	706
20.3.	Decadência e vício formal do lançamento .....	707
20.4.	Vício material e formal .....	708
20.5.	Interrupção da decadência.....	709
20.6.	Medida preparatória de lançamento .....	709
20.7.	Decadência e a lei complementar e entes federados .....	710
20.8.	Decadência e contribuições sociais .....	710
20.9.	Decadência e lançamento por homologação com pedido de compensação .....	711
21.	Prescrição em matéria tributária .....	713
22.	Repetição de indébito dos tributos indiretos.....	725
22.1.	Evolução histórica do problema até o CTN .....	726
22.2.	Evolução histórica do problema após o CTN .....	728
22.3.	Do regime da repetição do indébito do ICMS: da superação da histórica da vedação prática ao direito dos contribuintes .....	733
22.4.	Do interesse protegido na repetição de indébito: para uma superação da ilegítima prevalência de interesses ilegítimos do Estado .....	736
22.5.	Da legitimidade <i>ad causam</i> dos contribuintes de direito e de fato para requerer a repetição de indébito .....	738
23.	Garantias e privilégios do crédito tributário.....	743
23.1.	Garantias do crédito tributário .....	743
23.2.	Penhora de faturamento .....	749
23.3.	Impenhorabilidade do bem de família.....	750
23.4.	Penhora de precatórios.....	753
23.5.	Penhora <i>online</i> .....	754
23.6.	Presunção de fraude à execução fiscal .....	756
23.7.	Preferências do crédito tributário.....	758
23.8.	Concurso de preferências entre competências tributárias .....	767
23.9.	Penhora, execução fiscal e falência.....	770
23.10.	Da quitação de tributos .....	770
24.	Administração tributária.....	773
24.1.	Introdução .....	773
24.2.	História da administração tributária no Brasil.....	774
24.3.	Princípios norteadores da administração tributária.....	777
24.4.	Fiscalização.....	783
24.5.	Sigilo bancário e fiscal .....	789
24.6.	Cooperação entre fiscos .....	791
24.7.	Dívida ativa.....	794

24.8. Certidão negativa de débitos .....	798
24.9. Certidão positiva com efeitos de negativa.....	798
<b>Parte II – Tributos em espécies .....</b>	<b>799</b>
1. Impostos federais .....	801
1.1. Imposto sobre importações (II).....	801
1.2. Imposto sobre exportações (IE).....	812
1.3. Imposto sobre a renda (IR).....	820
1.4. Imposto sobre produtos industrializados (IPI) .....	845
1.5. Imposto sobre operações financeiras (IOF) .....	861
1.6. Imposto territorial rural (ITR).....	875
1.7. Imposto sobre grandes fortunas (IGF) .....	887
2. Impostos estaduais.....	891
2.1. Imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i> e doações (ITCMD).....	891
2.2. Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS) .....	898
2.3. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).....	943
3. Impostos municipais.....	949
3.1. Imposto predial territorial urbano (IPTU) .....	949
3.2. Imposto sobre serviços (ISS).....	971
3.3. Imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI).....	997
4. Regime de apuração do Simples Nacional.....	1005
5. Teoria geral das contribuições sociais.....	1009
5.1. Natureza jurídica .....	1009
5.2. Contribuições para intervenção no domínio econômico (CIDE)....	1030
5.3. Contribuições de interesse de categorias profissionais e econômicas	1045
5.4. Contribuições para o financiamento da seguridade social .....	1050
5.5. Contribuições sobre o concurso de prognósticos .....	1062
5.6. Contribuições sociais gerais .....	1063
5.7. Contribuição social sobre o lucro (CSLL).....	1071
5.8. Contribuição de iluminação pública (CIP).....	1077
<i>Referências</i> .....	1079